

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 04 de outubro de 2021 às 08h07*  
*Seleção de Notícias*

## Correiobraziliense.com.br | BR

Patentes

**Biden começará a revelar nova política externa com a China na próxima semana . . . . . 3**  
AGÊNCIA ESTADO

## Monitor Mercantil Digital online | RJ

Propriedade Intelectual

**Brasil pode ficar sem acesso a remédios para doenças crônicas . . . . . 4**  
REDAÇÃO

## Biden começará a revelar nova política externa com a China na próxima semana

Na próxima semana os Estados Unidos começarão a apresentar sua política externa com a China, seguindo o que Biden chamou de revisão completa

Os Estados Unidos começarão a apresentar sua política externa com a China na próxima semana, seguindo o que o governo de Joe Biden chamou de revisão completa sobre as tarifas de importação e outras medidas impostas pela administração anterior, de Donald Trump.

A representante comercial dos EUA, Katherine Tai, deve falar sobre a nova política na segunda-feira, 4, no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais em Washington. Esse seria um primeiro passo para abordar uma série de questões mal resolvidas entre os dois países, quase nove meses após a presidência de Biden.

Os comentários devem trazer uma avaliação mais detalhada da estratégia da China, ainda que diversas políticas específicas tenham de ser implementadas por meio do processo regulatório e, portanto, podem não ser totalmente desenvolvidas em um discurso.

Grupos empresariais têm pressionado o governo Biden por clareza. Entre as medidas, empresários querem saber se a Casa Branca planeja iniciar as negociações com Pequim dando continuidade à Fase Um do acordo comercial, firmada em janeiro de 2020, e se as tarifas sobre as importações chinesas permanecerão. O governo de Trump havia dado esse nome com o objetivo de que os dois lados comesçassem a negociar rapidamente para a segunda fase. No entanto, quase dois anos depois, isso não ocorreu.

A gestão do ex-presidente impôs tarifas de quase US\$ 370 bilhões sobre as importações da China a partir de 2018. Biden, por sua vez, ainda não as mo-

dificou, embora as taxas não tenham mais o mesmo impacto de antes. Isso porque os importadores americanos mudaram para produtos da China que não eram atingidos por tarifas. No início deste ano, elas cobriam apenas cerca de US\$ 250 bilhões em comércio.

Outra questão a ser resolvida é a extensão do compromisso da China de comprar produtos americanos. Na dita Fase Um, uma peça-chave na negociação foi a promessa de Pequim aumentar suas compras de soja, milho, carne, produtos ligados à energia e bens manufaturados.

O pacto exigia que a China ampliasse as compras de bens e serviços em US\$ 200 bilhões extras ao longo de 2020 e 2021. A China perdeu a meta de compras de bens em quase 40% em 2020, de acordo com cálculos de Chad Bown, um bolsista sênior do Instituto Peterson para Economia Internacional, que tem monitorado o esforço. Com quatro meses pela frente em 2021, a China está a caminho de ficar 30% abaixo de sua meta.

O choque econômico causado pela pandemia do coronavírus tornou as metas muito mais difíceis de serem alcançadas do que o previsto. Até agora, não houve consequências para a China.

Outra área em que o governo Biden destacou sua insatisfação são as políticas da China em relação à **propriedade** intelectual. Em um relatório de abril, a representante comercial do país disse que a China deve fazer mais para proteger a **propriedade** intelectual dos EUA. Embora o país asiático tenha mudado várias de suas leis conforme o acordo, também adotou novas táticas que, segundo críticos, ameaçam mais uma vez minar as **patentes** americanas. (FONTE: DOW JONES NEWSWIRES)

## Brasil pode ficar sem acesso a remédios para doenças crônicas

No último dia 23, 12 membros do Parlamento Europeu, de cinco nacionalidades diferentes e dos mais diversos partidos políticos expressaram preocupações com o futuro das relações entre Brasil e UE aos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira; e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco. Na carta, os parlamentares questionam como as indústrias europeias, de vários setores que dependem de proteção de PI, podem investir e comercializar no Brasil após a Lei nº 14.200 de 2 de setembro de 2021, que prejudica o ambiente de **propriedade** intelectual (PI) no Brasil, ser aprovada. Esta semana, os parlamentares devem votar se mantém ou não os artigos que foram vetados por Bolsonaro na Lei nº 14.200, em especial os parágrafos 8, 9 e 10 que falam sobre a transferência de conhecimento (know-how) do objeto protegido.

Para Fábio Fernandes, diretor global de comunicação da associação de consumidores Consumer Choice Center, esta decisão preocupa muito consumidores e pacientes brasileiros pois decidirá se no futuro medicamentos para doenças crônicas estarão disponíveis no mercado nacional.

"O objetivo da lei é garantir acesso à novos medicamentos e vacinas no caso de uma nova pandemia, mas da forma como está formulada, terá o efeito contrário" afirmou.

Segundo ele, "a exigência de que as empresas compartilhem os seus segredos comerciais não tem precedentes no mundo e é inconsistente com as obrigações de proteção de segredos comerciais do acordo TRIPS, do qual o Brasil é signatário. Forçar a **transferência** de tecnologia negaria aos inovadores a certeza e a previsibilidade necessárias para investir com confiança e acelerar o lançamento de novos medicamentos no Brasil."

"Os consumidores estão preocupados que em um futuro próximo, novos medicamentos para doenças

crônicas não sejam mais registrados no Brasil, dado que as empresas não terão previsibilidade jurídica de que esses medicamentos serão protegidos. Até membros do Parlamento Europeu expressaram suas preocupações com o futuro da inovação no Brasil, o que é um sinal de que estamos caminhando na direção errada. O que precisamos na realidade é adotar políticas que baixem impostos e diminuam a burocracia e não aquelas que legalizam o roubo de **propriedade** intelectual, afinal, os consumidores querem as mais novas tecnologias com preços competitivos e não produtos e medicamentos ultrapassados à preços baratos", argumentou.

"A inovação é resultado de um ambiente de segurança jurídica que permita o inventor de ser remunerado pelo enorme tempo e dinheiro investido em desenvolver a nova tecnologia. Essa lei vai contra a Estratégia Nacional de **Propriedade** Intelectual e vai contra o Brasil. O que queremos é que o congresso mantenha o veto do Bolsonaro" concluiu Fernandes.

Com relação ao câncer de mama, o Outubro Rosa marca um mês de conscientização sobre a importância do autoexame e de estar em dia com a realização de mamografias. Atualmente, normas como a Lei dos 30 Dias e a Lei dos 60 Dias garantem que pacientes recém-diagnosticados recebam os devidos encaminhamentos e iniciem o tratamento o quanto antes. A ANS, assim como o SUS, já possui tratamentos para o trato do tumor.

"As pacientes com plano de saúde costumam ter acesso a tratamentos mais modernos com mais facilidade", esclarece o oncologista Antonio Buzaid, cofundador do Instituto Vencer o Câncer. No entanto, há uma grande demanda represada para tratamento do câncer de mama avançado no SUS, que requer atenção de toda a sociedade. "Ter acesso a tratamentos avançados também significa acesso a maior

qualidade de vida e longevidade", completa.

Em um país em que apenas 25% da população possui plano de saúde, o especialista se preocupa. "Alguns desses tratamentos hoje, por exemplo, garantem uma sobrevivência de qualidade de até cinco anos para pacientes em casos mais graves, o que é um ganho muito relevante."

No Brasil, mais de 66 mil mulheres são acometidas pela doença por ano, com 35% dos casos identificados já em fase metastática, ou seja, quando o tumor se dissemina e passa a atingir outras partes do corpo. A pandemia afetou o rastreio da doença, e dados Radar do Câncer demonstram queda de 48% em 2020 e 50% em 2021 na realização de mamografias.

"Temos que nos preparar para uma onda de diagnósticos em fase avançada", comenta o oncologista. "A questão é se o SUS, responsável pelo tratamento da maior parte da população, está apto para receber pacientes de todos os tipos, inclusive de diferentes faixas etárias", completa.

Pesquisas demonstram que o diagnóstico de câncer de mama acomete com cada vez mais frequência mulheres pré-menopausa, em plena idade ativa, chegando a 40% dos casos. O tumor pode se manifestar

Continuação: Brasil pode ficar sem acesso a remédios para doenças crônicas

de forma mais agressiva nesses casos, com taxas de mortalidade mais elevadas quando comparadas às mulheres de idade mais avançada.

No SUS, não há atualização de novas tecnologias para tratar as pacientes de câncer metastático do tipo mais comum, que corresponde a 70% dos casos, ainda que para 20% das pacientes as inovações já estejam acessíveis.

André Mattar, mastologista e diretor do Núcleo de Oncologia Clínica do Hospital Pérola Byington (SP), comenta sobre as disparidades dentro do sistema público de saúde: "Hoje, os tratamentos disponíveis pelo SUS tem foco em pacientes pós-menopausa, ou seja, as acima de 50 anos. Uma porcentagem significativa de pacientes está descoberta. A maior preocupação está na soma do fato de que há um aumento de casos em pacientes jovens com o temor de uma epidemia de câncer de mama avançado no pós-pandemia. Os tratamentos oferecidos hoje pelo SUS não atende totalmente o princípio de universalidade do sistema, já que claramente precisamos melhorar a atual oferta de tratamento. Sabemos que no Brasil a mobilização em prol do combate ao câncer de mama é avançada, já foram realizadas muitas conquistas, mas ainda há muito o que fazer", diz.

## Índice remissivo de assuntos

**Propriedade Intelectual**  
3, 4

**Patentes**  
3

**Inovação**  
4